



n.2
abr.jun
2021

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editora Executiva

Marianna Albuquerque

Editora Adjunta

Giovana Esther Zucatto

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Leticia Pinheiro

Editoria de Redação

Amanda Silvestre da Silva

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Ghaio Nicodemos Barbosa

Giovana Esther Zucatto

Giovanna Lucio Monteiro

Jefferson Nascimento

Leandro Wolpert dos Santos

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Murilo Gomes da Costa

Pedro Lange Netto Machado

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



IESP. UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

Sumário

EDITORIAL

UM PONTO FORA DA CURVA.....PÁGINA 04

ARTIGOS

QUATRO PLEBISCITOS EM 40 ANOS: DO PLEBISCITO CONSTITUCIONAL DE 1980 ÀS ELEIÇÕES DOS MEMBROS DA NOVA CONVENÇÃO CONSTITUCIONAL DO CHILE EM 2021.....PÁGINA 06

“EL VIOLADOR ERES TÚ”: VIOLÊNCIA DE GÊNERO DURANTE O ESTALLIDO SOCIAL NO CHILE PÁGINA 18

MONITOR ELEITORAL – AS ELEIÇÕES DE 2021 NO PERUPÁGINA 17

Editorial

Um ponto fora da curva

Em boa hora, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) organizou um curso sobre a história da diplomacia brasileira, cobrindo a trajetória da política externa desde o Império aos dias atuais. Também, como parte do curso, foram realizadas entrevistas com ex-presidentes, que expuseram seus respectivos legados neste campo. A série tem um enorme valor porque expôs, de forma didática, a partir de palestras com diplomatas, em sua grande maioria, o desenrolar da política exterior do Brasil ao longo de dois séculos, contribuindo para uma reflexão prévia e preparatória de nosso bicentenário da independência. Ademais, demonstra às gerações mais jovens que o Brasil teve uma política externa, no sentido do que se entende tradicionalmente como política externa, ao longo de sua história enquanto nação independente, ainda que com variações, dependendo das respectivas orientações político-ideológicas dos governantes e do contexto internacional. O ciclo também revelou algo que já se percebia há tempos em algumas análises sobre a política exterior do atual governo: a última é um ponto fora da curva. Abaixo demonstramos este ponto.

Partimos da chave de leitura de Christian Lynch e o tema do atraso do Brasil com relação à Europa, núcleo da civilização, no diagnóstico das elites periféricas no século XIX, na monarquia e império. Se os países europeus eram considerados o núcleo da civilização, na perspectiva das elites, as mesmas conceberam dois modelos para a modernização do país: a cópia pura e simples dos costumes e das instituições europeias, ou a adaptação das mesmas às condições brasileiras. Estas duas perspectivas vão gerar, para o autor, duas ideologias em pugna na modernização do país desde então: os liberais, também chamados de Luzias, e os conservadores, conhecidos como Saquaremas.

Da nossa perspectiva, no século XX, depois da Segunda Guerra, o atraso vai ser ressignificado pelas elites e se converte em subdesenvolvimento do país. Adescolonização, a partir do pós-guerra, impôs a consideração de que o Brasil e a América Latina haviam deixado de ser os únicos componentes do

Novo Mundo. O sistema internacional se globalizara com a incorporação dos países africanos e asiáticos. Distintos entre si, do ponto de vista da formação social, tradições culturais e história política, constituíam, contudo, juntamente com a América Latina, a porção em desenvolvimento na nova ordem internacional que se formara com a vitória aliada na Segunda Guerra, seguida do início da Guerra Fria. A recém criada Organização das Nações Unidas propiciará o espaço para que os últimos se articulem em uma nova coalizão, o Terceiro Mundo, em face ao Primeiro Mundo, capitalista, e ao Segundo Mundo, socialista.

Neste novo contexto global, o consenso entre as elites brasileiras passa a ser como alcançar (catch up) os países desenvolvidos. A divisão político-ideológica anterior se manifesta a partir de então em como alcançar os desenvolvidos. Duas perspectivas político-ideológicas, traduzidas em duas doutrinas de política externa, passam a dividir as elites. Por um lado, a busca pelo alinhamento, incondicional ou pragmático, à potência dominante, o assim chamado, bandwagoning. Por outro, a ênfase na autonomia, em aliança com os semelhantes, e o afastamento ou a diversificação com relação à potência hegemônica, o balance, como estratégia dominante. A estas duas doutrinas, vinculavam-se duas modalidades de comportamento face às instituições e normas do sistema global: a de rule-taker e a de rule-maker.

No pós-Guerra Fria, estas duas orientações, modificadas face ao novo contexto mundial, se manifestarão na disputa política nacional entre Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), na competição por projetos alternativos de política externa. As diferenças doutrinárias, ideológicas e de estratégia dominante se manifestavam novamente em como alcançar os países desenvolvidos e o respectivo papel reservado à política externa.

Por que a política externa de Bolsonaro é uma ruptura com este padrão, e por que ele é um ponto fora da curva na trajetória da política externa? Basicamente porque o objetivo de alcançar os países desenvolvidos, que tem guiado a política externa desde o pós-Segunda Guerra, foi abandonado. O principal objetivo de Bolsonaro é doméstico, voltado para a garantia de seu projeto de poder e de sua família, e sua perpetuação no poder. Para tanto, ele está empenhando em manter acesa

sua base de apoiadores fieis, o “bolsonarismo” de raiz, segmento mais radical e negacionista de sua base eleitoral, para garantir benesses a um conjunto de interesses setoriais que contribuíram para sua eleição: o agronegócio, as igrejas neopentecostais, os militares - em especial os de baixa patente -, as polícias militares e civis, a bancada da bala, as milícias, os grileiros, madeireiros e mineradores, para citar os mais expressivos.

Na montagem de seu Ministério, no início do governo, pelo menos quatro Ministérios foram destinados a satisfazer o eleitorado bolsonarista. O primeiro deles foi o Ministério das Relações Exteriores, na linha da subordinação às políticas e posições de Trump, expressão máxima da ideologia negacionista, na crítica ao globalismo das instituições multilaterais, ao perigo comunista e chinês e à influência chinesa em instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS). Somou-se a ele o Ministério da Família, nas questões dos costumes, ideologia de gênero e negação de direitos reprodutivos, atendendo à base evangélica; o da Educação, também no mesmo diapasão dos costumes, e o do Meio Ambiente, alimentando os interesses do agronegócio, dos madeireiros, grileiros e mineradores. Nos primeiros dois anos do mandato de Bolsonaro, a mídia via estes Ministérios e seus Ministros como o segmento mais radical da base bolsonarista, a “franja frenética” de qual trata o Embaixador Rubens Ricupero. Como se sabe, os respectivos Ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente perderam seus cargos, por uma administração desastrosa de seus incumbentes, que acabou prejudicando constituências mais poderosas do governo, mas a possível atenuação de seus atuais mandatários não deve se modificar muito.

A cristalização de seu projeto de poder, pela reeleição ou mesmo outros meios, continua sendo o principal objetivo do governo Bolsonaro. Para tanto, sua política externa não tem uma perspectiva estratégica como todos os demais que o antecederam. Assim sendo, abandonou o objetivo de catch up que pautou a política externa desde o fim da Segunda Guerra, e a política externa passou a ser concebida como um instrumento para consolidar seu projeto familiar de poder.

Nestes pouco mais de dois anos de governo, todas as vezes que Bolsonaro se sentiu pressionado, como agora com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), ele aumentou os lances e subiu o sarrafo. Declarações à imprensa ou mesmo gestos de

política externa são utilizados para desviar a atenção, como as intempestivas críticas à China, o primeiro parceiro comercial do Brasil e principal fornecedor de insumos para fabricação de vacinas. O que pode parecer uma irracionalidade passa a fazer sentido quando se considera que Bolsonaro não tem um projeto de política externa propriamente dito - esta última é, antes de tudo, um instrumento de seu projeto pessoal. Por isso, Bolsonaro é um ponto fora da curva na trajetória da política externa. A política externa deixou de ser considerada por este governo como um meio para alcançar os países desenvolvidos, e passou a ser usada como meio de permanecer no poder.

Entretanto, apesar do Brasil estar virando às costas para seus vizinhos, a experiência recente dos demais países da América do Sul vem nos ensinando que a população tem encontrado meios de manifestar seu descontentamento, seja pelas ruas, seja pelas urnas. Os artigos que compõem esta edição do Boletim são ilustrativos desse momento de inconformidade com status quo prejudiciais à democracia e aos valores sociais. No artigo “Quarenta Anos, Quatro plebiscitos”, Murilo Gomes da Costa faz um panorama sobre o processo de mobilizações no Chile que caminha para a superação completa da Constituição herdada da ditadura de Pinochet. Na sequência, as pesquisadoras Giovanna Monteiro e Talita Tanscheit acrescentam uma dimensão essencial para a compreensão do rumo das ações populares na região: a garantia dos direitos das mulheres e o repúdio à violência de gênero. No artigo “El violador eres tú”, Monteiro e Tanscheit ressaltam o papel das mulheres na luta pela construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e diversa. Por fim, o Monitor Eleitoral do Peru, de autoria de Jefferson Nascimento, exemplifica o enfraquecimento do fujimorismo e do autoritarismo no país, por meio da eleição de Pedro Castillo, identificado com pautas de esquerda.

Como lição, a região é capaz de nos ensinar que democracia é luta constante. Que nós, brasileiros, saibamos aprender com a experiência de nossos vizinhos e possamos reinventar nossos caminhos em 2022.

Maria Regina Soares de Lima
Marianna Albuquerque
Coordenadoras do OPSA



Quatro plebiscitos em 40 anos: Do Plebiscito Constitucional de 1980 às eleições dos membros da nova Convenção Constitucional do Chile em 2021

Murilo Gomes da Costa
Pesquisadora OPISA

Introdução

Como narrado por Fuentes (2013), há exatamente 40 anos, o ditador Augusto Pinochet apareceu nas telas de TV em cada residência do Chile, em seu traje militar, e informou que havia decidido realizar um plebiscito para resolver um dilema: “ele ou o passado”. “Chegou o momento de decidir nosso futuro e estamos diante de duas alternativas: voltar gradual, mas inexoravelmente à noite dos mil dias negros do Chile, ou tomar a rota que estamos apontando patrioticamente”, disse Pinochet (Fuentes, 2013). Um mês depois do anúncio, os chilenos ratificaram a Constituição de 1980, em um processo eleitoral carregado de um sentido antidemocrático e fraudulento, que concedia à presidência ao ditador Pinochet e instaurava um texto constitucional que impactaria a sociedade chilena por quatro décadas.

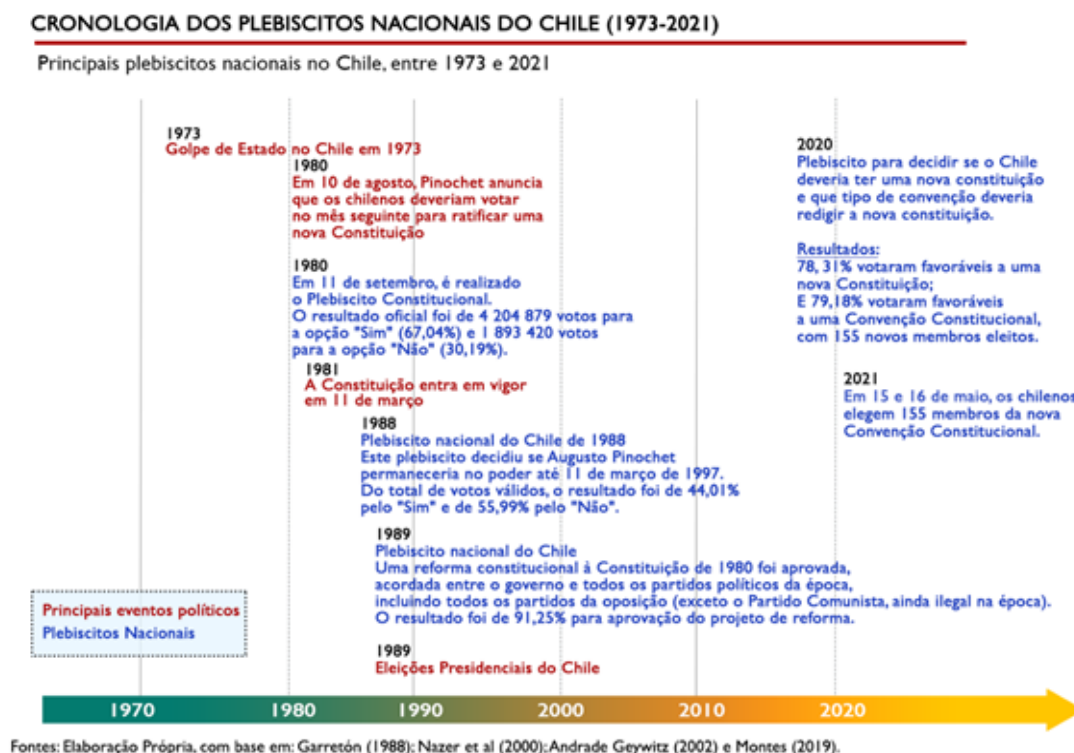
Após quarenta anos, e com o amadurecimento e fortalecimento dos movimentos sociais – estudantes secundaristas, universitários, pensionistas, feministas, dentre outros – e com fortes mobilizações sociais e protestos que sacudiram as estruturas políticas do Chile, em 2019, os chilenos foram às urnas e aprovaram, em 2020, um plebiscito para que uma nova Convenção Constitucional fosse formada, para a elaboração de um novo texto constitucional, que enterre de uma vez por todas a Constituição de 1980, herdada do governo autoritário de Pinochet.

Neste artigo, portanto, será apresentado um panorama dos resultados das eleições dos 155 membros da Convenção Constitucional, eleita em 15 e 16 de maio de 2021, tendo como ponto de partida uma breve apresentação da cronologia dos principais plebiscitos nacionais do Chile, desde 1980 (Figura 1).

O Plebiscito de 1980, a fraude eleitoral e o legado neoliberal

Trinta dias após o anúncio de Pinochet, ocorreu o que Fuentes (2020) define como a maior fraude que a história eleitoral chilena já havia conhecido. Algumas das condições sem precedentes e surpreendentes de tal processo foram enumeradas e apontadas pelo

Figura 1 – Cronologia dos Plebiscitos Nacionais do Chile (1973-2021).



cientista político chileno:

(...) 1) Foi realizado sob um estado de emergência constitucional, controlando os direitos de reunião, movimento e expressão; 2) O regime aproveitou todos os recursos do Estado para financiar uma campanha de um mês em seu benefício, utilizando todos os recursos à sua disposição para obter uma vitória; 3) Não foi concedido à oposição acesso à televisão, nem houve um espaço eleitoral; 4) Os prefeitos designados organizaram as mesas de votação que deveriam ser por sorteio, mas a oposição não foi autorizada a participar de tais atos de designação; 5) Resultados incríveis foram alcançados, como em Santiago, onde os 4.000 sorteados por sorteio apareceram em perfeita ordem alfabética; 6) Os próprios prefeitos designaram todos os presidentes das mesas de votação; 7) Na identificação posterior dos presidentes de mesa, verificou-se que algumas empresas contribuíram com pessoal para assumir o processo eleitoral, incluindo Soprole, Mingo, Neut Latour Forestal, Banco de Chile, BHC, Lan Chile, Banco Sudamericano, entre outros; 8) O plebiscito foi realizado sem um caderno eleitoral. (...) 9) Não havia procuradores para a opção da oposição; 10) A contagem dos votos estava a cargo de um Colégio de escrutínio estabelecido pela ditadura, na ausência

de um Serviço Eleitoral autônomo para controlar o processo eleitoral 11) Houve um aumento incrível de eleitores - mais de 35% - entre a última vez que uma eleição foi realizada em 1973 e 1980, quando, comparativamente, a população cresceu apenas 10%. 12) Em algumas comunas e mesmo regiões, o número total de eleitores excedeu em muito o número de eleitores, considerando a população estimada em idade apta para votar naquela época (Fuentes, 2020, p.10-11).

Reforçando os aspectos fraudulentos, a oposição, à época, organizou um contingente de voluntários para observar as mesas de forma anônima. Em um relatório preparado por Eduardo Hamuy e publicado sete anos depois (Revista Cauce, 1987), uma amostra de 981 seções eleitorais apontou que não havia coincidência entre o número de votos e o número de assinaturas. Além disso, mostrava que houve alteração da contagem dos votos, a realização de escrutínio não público e a detecção de pessoas que votaram mais de uma vez. Por fim, o estudo concluiu que havia 44,9% de postos de votação fraudulentos em Ñuñoa, 56,8% em Pudahuel, 40% em La Cisterna e 75% em La Granja (Fuentes, 2020).

A Constituição ratificada por esse duvidoso processo eleitoral instaurou no Chile um modelo neoliberal, considerado como um modelo exemplar para o mundo. A Carta Magna de 1980, redigida pelo colaborador de assuntos jurídicos de Pinochet, Jaime Guzmán, relegava os direitos sociais da maioria da população chilena, por não conter em seu texto o acesso universal e gratuito à educação, saúde, seguridade social, água potável, entre outros direitos básicos.

Além disso, mesmo com o plebiscito de 1988, que finalmente pôs fim ao regime ditatorial de Pinochet, e com as eleições e voto popular em 1990, não houve uma alteração substantiva da Constituição chilena, muito menos uma revogação das leis orgânicas da ditadura. Portanto, como aponta Salém (2020), com o modelo imposto na Constituição



de 1980, o Estado chileno passou a ter como função principal garantir o funcionamento dos negócios, isto é, proteger a propriedade privada e o mercado financeiro em detrimento dos direitos básicos da população. Desta forma, o país viveu nos últimos anos um crescente endividamento de seus cidadãos – como o endividamento dos estudantes, dos idosos e da classe trabalhadora em geral que, por quase três décadas, têm pago um alto preço para ter acesso às universidades, à saúde e à aposentadoria¹ (Salém, 2020).

As mobilizações sociais de 2019 e o Plebiscito Constitucional de 2021

Importa ressaltar que as mobilizações sociais que se intensificaram em outubro de 2019 fizeram parte de um ciclo político que advém da virada do século XX para o XXI, que foi marcado, principalmente, pela reorganização do movimento estudantil em nível secundário, com a *Revolución Pinguina*² de 2006, e universitário, com as marchas estudantis multitudinárias de 2011. Foram inúmeros outros ciclos de luta social contra o legado do neoliberalismo, como ressaltam Salém e Aiuá (2021):

(...) Mapuches nos anos 1990 resistiram contra a ocupação de suas terras por madeiras beneficiadas pela ditadura; os aposentados confrontaram nas ruas a capitalização da previdência das AFP (Administradoras de Fundos de Pensões) em 2015 e 2016; as feministas se rebelaram contra os assédios e o conservadorismo em 2017 e 2018.

Foram milhões de chilenos em protestos

1No Chile, a aposentadoria é administrada pelas AFPs (Administradoras de Fundos de Pensão), com fundos que são investidos em aplicações financeiras. As primeiras gerações chilenas a se aposentar pelo sistema se depararam com o valor de aposentadoria abaixo do salário mínimo (Brasil de Fato, 2020)

2 “O principal objetivo da mobilização era a revogação da Lei Orgânica Constitucional sobre Educação (LOCE), exigindo que o Estado desempenhasse um papel mais ativo e menos subsidiário, terminando com o lucro na educação, além de acabar com a municipalização do ensino primário e secundário”. (Gomes da Costa; Tanscheit, 2020).

até que todas as lutas pudessem ser finalmente aglutinadas em um único evento, em outubro de 2019, que levantou a bandeira uníssona por uma Assembleia Constituinte, que fosse popular e representativa da diversidade dos chilenos que ali se reuniram para lutar por um novo horizonte político para o Chile.

Vale ressaltar, ainda, que neste período houve diversas reformas destinadas a superar os “entraves autoritários” do país, como em 2005, com a reforma constitucional, e em 2015, com a reforma do sistema eleitoral. Por fim, merece destaque a emergência de uma nova coalizão de centro-esquerda no país, a Frente Ampla (FA). Em síntese, este período é caracterizado pela reativação da sociedade civil e pela renovação da sociedade política, impactando de forma definitiva nos rumos da democracia no país (Gomes da Costa; Tanscheit, 2020).

Em síntese, a principal vitória das mobilizações sociais de 2019 foi a pressão política que levou à realização de um pleito para decidir se o Chile deveria redigir uma nova constituição e qual seria o padrão de composição da nova Convenção Constitucional. Portanto, em 25 de outubro de 2020 foi realizado o plebiscito constitucional no Chile. Com o plebiscito, a população chilena votou favorável a duas medidas: com 78,2% dos votos, aprovou-se a iniciativa de elaboração de uma nova Constituição para o país; e com 78,9%, os chilenos decidiram que a Constituição será redigida por uma nova Assembleia Constituinte. A Assembleia Constituinte (ou Convenção Constitucional), deveria ser formada em um novo pleito, em abril de 2021, com paridade de gênero (50% mulheres e 50% homens), elegendo 155 membros, sem a necessidade de filiação partidária³.

Outro elemento que merece ser mencionado nas mobilizações de 2019 é o fato de que muitas das lideranças e rostos que ganharam destaque durante as manifestações, estiveram presentes dentre os membros eleitos da Convenção Constitucional. Boa parte desses chilenos compunham o que ficou nomeado como os Independientes, durante as eleições da Convenção Constitucional de 2021. Salém e Aiuá (2021) apontam duas razões principais para a emergência do movimento dos Independientes:

(...)Por um lado, a Frente

3Conjuntura Latitude Sul, outubro de 2020. Disponível em: <http://latsul.org/wp-content/uploads/2020/11/ConjunturaLATSUL-Outubro2020.pdf> Acesso em 30 de junho de 2021.



Ampla se mostrou fragmentada e frágil ao assinar o acordo de 15 de novembro⁴. Na ocasião, muitos movimentos populares desembarcaram dessa representação e uma enorme pluralidade de novos coletivos descentralizados optaram pela lógica da autorrepresentação local e comunitária. Os cabildos abiertos, assembleias de bairros criadas horizontalmente em todo o país, gestaram um poder próprio de coletividades políticas territoriais, com motivos palpáveis para desconfiar de representações partidárias (...) O segundo motivo que explica a força dos independentes é o enraizamento político e cultural dos movimentos sociais que lutaram nas últimas décadas contra o neoliberalismo chileno: indígenas, ecológicos, feministas e educacionais.

Panorama Eleitoral da Convenção Constitucional de 2021

A formação das coalizões para disputar as eleições da Convenção reafirmou uma união dos partidos de direita e de extrema direita no bloco “Vamos por Chile”, paralela à pulverização dos partidos e grupos de centro, centro-esquerda e esquerda. Os campos partidários de centro e esquerda se dividiram em listas partidárias e independentes. No centro partidário, formou-se a “Lista del Apruebo”, com a ex-Concertación. Na esquerda, a “Lista del Apruebo Dignidad” 40 transbordamento da luta popular iniciado em 18 de outubro de 2019 foi parcialmente contornado pela classe política a partir de 15 de novembro, quando partidos de todo espectro ideológico assinaram o Acuerdo por la Paz Social y la Nueva Constitución, pactuando o quórum de dois terços como baliza conservadora do itinerário constituinte e ignorando a violação de direitos humanos na repressão aos protestos. (...) parte da Frente Ampla, a promissora nova esquerda chilena, assinou o acordo (Salém e Aiuá, 2021).

foi fruto da aliança entre a Frente Ampla (FA) e o Partido Comunista (PC). Entre os independentes, que também podiam se candidatar, sem a necessidade de possuir vínculos partidários, houve a organização de duas listas: a “Lista del Pueblo”, com grande diversidade de ativismos sociais de esquerda, e a “Lista Independientes por la Nueva Constitución”, do movimento Independientes No Neutrales, de centro-esquerda. Além delas, uma porção de independentes se candidatou em arranjos locais, fora das listas nacionais (Salém e Aiuá, 2021).

Finalmente, em 15 e 16 de maio de 2021 os chilenos participaram de um grande processo eleitoral – popularmente chamado de megaeleições – para prefeitos, governadores e para a escolha dos 155 representantes da Convenção Constituinte. Esse pleito teve grande importância, porque estes membros da Convenção serão responsáveis pela elaboração da nova Constituição que substituirá o texto herdado da ditadura de Pinochet.

De acordo com os resultados do Serviço Eleitoral (Servel) do Chile, os independentes obtiveram 48 cadeiras, as candidaturas de esquerda totalizaram 53 cadeiras, representadas pelas listas “Apruebo Dignidad” e “Lista del Apruebo”, e o partido governista, representado pela lista “Chile Vamos”, chegou a 37 cadeiras. As demais 17 cadeiras foram reservadas para representantes de povos originários (Figura 2).

Esse resultado aponta para um decréscimo na força dos partidos de centro (DC, PR, PPD) e uma alta representação dos independentes, que conseguiram superar as barreiras de acesso. Outro fator relevante é o fato de que a direita, representada pela coalização governista, não terá poder de veto, visto que não alcançou 1/3 das cadeiras, e o Chile terá uma constituinte com paridade entre homens e mulheres e povos originários representados. A Convenção Constituinte começou seus trabalhos em junho e a expectativa é que em julho de 2022, os chilenos voltem às urnas para validar a nova Constituição. Em relação ao primeiro turno das eleições para prefeitos e governadores, a maioria dos pleitos foi levada ao segundo turno, o que indica que não há um cenário de fortalecimento da coalização da direita, como nas últimas eleições de 2017 (Conjuntura Latitude Sul, 2021).



Figura 02 - Resultados das Eleições da Convenção Constitucional (2021)

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DA CONVENÇÃO CONSTITUCIONAL (2021)

Distribuição de cadeiras, por lista, dentre os 155 membros eleitos da Convenção Constitucional, em 2021.



FONTES: FRANCE24 (2021) E SERVELECCIONES.CL (2021)

Considerações Finais

Quarenta anos. Quatro plebiscitos nacionais. Ao longo desses processos, os rumos da sociedade chilena foram constantemente mudados. A esperança que fica é que diferente do Plebiscito de 1980 – que inaugurou uma trajetória de valorização de uma sociedade de mercado e neoliberal, pouco representativa e de baixa atenção aos direitos humanos básicos dos cidadãos chilenos –, que o Plebiscito de 2020 possa ter dado início a uma trajetória de mudança e inaugurado um novo horizonte político para o Chile. Um primeiro e importante indício, neste sentido, reside nos resultados das eleições dos 155 membros da Convenção, que aponta para uma maior pluralidade, com equilíbrio de gênero (dentre os membros, 77 são mulheres e 78 homens), pela representatividade de povos originários⁵ e pela participação de setores antes excluídos do debate para a implementação de mudanças constitucionais. Como bem ressalta Tanscheit (2021), a grande novidade da Convenção Constitucional, eleita em 2021, é sem dúvidas

mal-estar generalizado com o mundo político institucional, mesmo com comunistas e frente amplistas, e representam uma crítica implacável a todo sistema partidário e uma denúncia aos pontos cegos da transição democrática.

Em síntese, a presença dos independentes reflete o avanço dos movimentos sociais e do avanço da contestação à perda de direitos e ao regime neoliberal. Movimento esse que ascende principalmente do ciclo político da virada do século XX para o XXI. É, portanto, das ruas que partiu o lampejo de mudança. E é, em parte, pelos rostos e lideranças que estiveram nas ruas que vão partir a iniciativa de mudança de rumos nos direitos constitucionais da sociedade chilena.

REFERÊNCIAS

(..) a irrupção dos independentes, os grandes vitoriosos destas eleições: serão quase 1/3 do processo constituinte. Os resultados evidenciam o

ANDRADEGEYWITZ, Carlos (2002). Reforma de la Constitución Política de Chile (2ª edición). Santiago de Chile: Editorial Jurídica de Chile.

BRASIL DE FATO (2020). Por que 80% dos chilenos querem uma nova Constituição?. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/26/por-que-80-chilenos-querem-uma-nova-constituicao>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CARTACAPITAL (2021). Indígena mapuche é

5A nova Convenção Constituinte, que foi oficialmente instaurada em 4 de julho de 2021, elegeu a indígena mapuche Elisa Loncón, professora da Universidade de La Frontera, para o cargo de presidenta da mesa diretora da Convenção. (Carta Capital, 2021).

eleita presidente da Assembleia Constituinte do Chile. Disponível em: www.cartacapital.com.br/mundo/indigena-mapuche-e-eleita-presidente-da-assembleia-constituente-do-chile/ Acesso em 6 de jul. 2021.

CONJUNTURA LATITUDE SUL (2021). Chilenos participam de megaeleições para escolha dos 155 membros da nova Convenção Constituinte e para governadores e prefeitos. In: Conjuntura Latitude Sul, n.5, 2021. Disponível em: latsul.org/wp-content/uploads/2021/06/ConjunturaLATSUL_Maio2021.pdf . Acesso em: 18 jun. 2021.

FUENTES SAAVEDRA, C. El fraude. Santiago: Editorial Hueders, 2013.

FUENTES, C. A. 40 años del plebiscito de Pinochet. Ciper, agosto de 2020. Disponível em: <https://www.ciperchile.cl/2020/08/08/a-40-anos-del-plebiscito-de-pinochet/>. Acesso em 17 jun. 2021.

FRANCE 24. Independientes y oposición dominarán la nueva constituyente en Chile. Disponível em: <https://www.france24.com/es/américa-latina/20210517-elecciones-chile-constituyente-independientes-oposicion-mayoria> . Acesso em 19 jun. 2021.

GARRETÓN M., Manuel A. (1988). El plebiscito de 1988 y la transición a la democracia. Santiago de Chile: FLACSO. GOMES DA COSTA, M. TANSCHKEIT, T. In LIMA, M.R.S de. et al. América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Am%C3%A9rica-do-Sul-no-s%C3%A9culo-XXI-Desafios-de-um-projeto-pol%C3%ADtico-regional.pdf>

MONTES, Rocío. Chile fará referendo em abril para sepultar a Constituição de Pinochet. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/15/internacional/1573787959_556610.html. Acesso em 18 jun. 2021.

NAZER A., Ricardo, ROSEMBLIT, Jaime B. (2000). Electores, sufragio y democracia en Chile: una mirada histórica. Revista de Humanidades y Ciencias Sociales. 48, p. 215- 229. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-74767.html>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SALEM, Joana. Fala proferida durante

o debate online “Por que os Chilenos rejeitaram a Constituição de Pinochet?”. Brasil de Fato, Facebook, 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=684823985776455&ref=watch_permalink&t=0>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SALÉM, Joana.; AIUÁ, Luan. As ruas foram eleitas, e agora? Disponível em: <https://diplomatie.org.br/as-ruas-foram-eleitas-agora/> . Acesso em: 18 jun. 2021.

TANSCHKEIT, Talita São Thiago (2021). Das ruas à constituinte: a reinvenção da ação coletiva no Chile. Jacobin Brasil, 15 de Junho de 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/06/das-ruas-a-constituente-a-reinvencao-da-acao-coletiva-no-chile/>. Acesso em 18 jun. de 2021.



“El violador eres tú”: violência de gênero durante o estallido social no Chile

Giovana Lucio Monteiro
Pesquisadora do OPISA

Talita Tanscheit
Pesquisadora Colaboradora do OPISA

El feminismo se hizo palabra y sentido común
Julieta Kirkwood (1936-1985)

Em 15 e 16 de maio de 2021, o Chile elegeu os seus representantes à Convenção Constitucional, órgão encarregado de escrever uma nova Constituição Política para o país, e que será o primeiro no mundo com paridade de gênero, composto por 77 mulheres e 78 homens. Este ineditismo é resultado de um longo processo de reconstrução da ação coletiva que culminou no estallido social de outubro de 2019, e virou de ponta-cabeça o paradigma neoliberal vigente há mais de quatro décadas no país. Na linha de frente destes protestos e mobilizações populares estão as feministas, que durante todo o estallido social destacaram a necessidade de incorporação da agenda de gênero em um futuro processo constituinte. Este protagonismo, no entanto, foi acompanhado por uma profunda violência de gênero praticada pelo Estado. Como será observado neste artigo, esta prática remete às graves violações de direitos humanos, particularmente a violência sexual, empreendidas durante a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1989). Isto não impediu, nem no passado nem no presente, que a população, em geral, e as mulheres, em específico, seguissem se organizando para que o Estado chileno tenha a igualdade de gênero como um de seus horizontes fundamentais.

As Mulheres e a Ditadura Militar

A ditadura militar deixou um legado de perpetuação das mais variadas formas de violência pelo Estado chileno. O brasão de armas do país, cujo lema é “pela razão ou pela força”, denota o desenho centralizado e autoritário deste Estado, em que “razão” representa o ordenamento constitucional e jurídico vigente e a “força” pode ser utilizada em contextos de questionamento a este status quo. Esta ordem social, promovida pelo uso da violência, interferiu nos rumos do país

de diferentes formas ao longo da história. O exemplo mais notável é o golpe de Estado contra o governo de Salvador Allende e da Unidade Popular, em 1973. Desta forma, a consagração do neoliberalismo como modelo socioeconômico foi feita em pleno autoritarismo e às custas de uma ampla repressão à população.

Neste contexto, e de acordo com o lema do país, a “razão” passou a ser o neoliberalismo, e a “força” tinha como objetivo reprimir sujeitos individuais e coletivos que desafiavam este status quo. Como consequência, houve uma legitimação da militarização do Estado chileno, evidenciada nas graves violações de direitos humanos cometidas pelas Forças Armadas durante a ditadura militar. Os números deixaram evidentes a brutalidade da repressão: foram mais de 40 mil vítimas, das quais mais de 3 mil mortos ou desaparecidos¹; e, ainda, mais de 200 mil pessoas submetidas ao exílio forçado durante o autoritarismo². Estas marcas dão dimensão do trauma que o período deixou no Chile, sobretudo no que tange a confiança no Estado como protetor da vida e promotor da dignidade humana.

É importante destacar que esta crescente militarização, além de ser violenta, é masculinizada e produz violências específicas sobre as mulheres. Ao longo da ditadura militar, o estupro foi utilizado como forma de tortura em nome da “segurança nacional”, principalmente contra mulheres que, à época, eram presas políticas. A Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura recebeu o testemunho de 3.399 mulheres que declararam ter sofrido alguma forma de violência sexual durante a ditadura militar. Destas, 316 foram estupradas por agentes do Estado; 229 estavam grávidas quando foram presas, das quais 20 abortaram como resultado da tortura e 15 tiveram seus filhos na prisão – várias destas gravidezes ocorreram em decorrência de estupro praticado por militares. Cabe ressaltar que a relação do estupro com a tortura era algo institucionalizado, e não um comportamento individual de alguns

¹ Ditadura de Pinochet no Chile deixou mais de 40 mil mortes, diz relatório. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/08/novo-relatorio-sobe-para-mais-de-40000-as-vitimas-da-ditadura-de-pinochet.html>. Acesso em 27 de junho de 2021

² COMISIÓN NACIONAL SOBRE PRISIÓN POLÍTICA Y TORTURA. Informe de la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura (Valech I). BiblioChile, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.indh.cl/handle/123456789/455>. Acesso em 13 de Junho de 2021.

soldados. Lugares como “Venda Sexy” e “La Discoteque” funcionaram como centros de tortura da Direção de Inteligência Nacional do Chile (DINA) – a polícia pinochetista - com foco específico em tortura sexual, prática disseminada na América Latina por meio dos treinamentos com o exército estadunidense, a partir da Doutrina de Segurança Nacional³.

Esta violência estava intimamente relacionada com os ideais de feminilidade e masculinidade que fundamentaram a identidade nacional chilena e com a construção do inimigo comunista. Como observa Bunster (1988), a construção ideal da mulher chilena foi baseada no marianismo, apoiada no sacrifício e na maternidade da Virgem Maria, relegando a mulher à esfera privada e às atividades domésticas e de cuidado. Ao mesmo tempo, Valdés (1987) observa que as mulheres foram as principais destinatárias da propaganda política da época, tanto por serem consumidoras e um importante alicerce para a economia, quanto por serem mães e responsáveis por formar os próximos apoiadores (ou opositores) de Pinochet. Assim, de acordo com a autora, as mulheres eram as “guardiãs e forjadoras da pátria”, “formadoras dos futuros soldados” e “mantenedoras dos valores nacionais no lar”.

É desta forma que o regime militar dispôs da mulher apoiadora do autoritarismo como parte de sua propaganda política, a legítima representante dos valores chilenos⁴. Os discursos de Pinochet chamam as mulheres para colaborar com o seu governo e ajudar em seu “sacrifício pela nação”, com uma série de organizações de mulheres sendo criadas com apoio governamental. Órgãos estatais como o Serviço Nacional da Mulher⁵ eram instituições que buscavam promover ideias e estabelecer políticas que educavam as mulheres sobre sua função reprodutora e sua importância na construção nacional (Zamora, 2006). As que não correspondessem a esse ideal não seriam toleradas pelo Estado, como o caso das “indisciplinadas” militantes,

3 MONTES, Rocío. Gravidez por estupro e tortura revelam como a era Pinochet fez das mulheres troféus de guerra. *ÉL PAÍS*, 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/10/internacional/1568135550_217522.html. Acesso em 13 de Junho de 2021

4 MUNIZAGA, Giselle & OCHSENIUS, Carlos. El discurso público de Pinochet (1973-1976): Un análisis semiológico. CLACSO, Buenos Aires, 1983. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/historico/munizaga.pdf>. Acesso em 14 de Junho de 2021.

5 Hoje nomeado Serviço Nacional da Mulher e da Igualdade de Gênero

opositoras políticas, e provenientes de organizações socialistas e comunistas. O envolvimento das mulheres na atividade política e, principalmente, em movimentos de contestação à ditadura militar, eram vistos como ameaça à ordem social vigente e, por consequência, violentamente reprimido (Maravall, 2012).

Ainda assim, diversos movimentos de mulheres começaram a ganhar força, resistindo à ditadura militar e ao impacto do neoliberalismo sobre as suas vidas⁶. Tem destaque organizações pautadas pelo antimilitarismo e pelo feminismo, como o Mulheres pela Vida, criado na década de 80 e responsável por reunir diversos grupos de mulheres a fim de denunciar as violações de direitos humanos do regime pinochetista (Bunster, 1988). Também foram estabelecidas articulações entre familiares de mortos e desaparecidos da ditadura militar, notadamente esposas, mães e irmãs, como o Agrupamento de Familiares de Detidos Desaparecidos, a Fundação Vicária de Solidariedade e o Comitê de Defesa de Direitos do Povo. Estes grupos ganharam grande atenção dos meios de comunicação nacional e internacional e foram fundamentais na transição à democracia do Chile (Maravall, 2012). Entretanto, a violência de gênero permaneceu às margens das denúncias relacionadas às violações de direitos humanos à época.

A transição democrática em 1989 manteve quase intacto, por meio da Constituição Política de 1980, este legado neoliberal e autoritário de Pinochet. É este modelo que será questionado de forma definitiva no estallido social de 2019. Novamente, as violações de direitos humanos, particularmente contra as mulheres, foram amplamente praticadas pelas forças militares.

O Estallido Social e a Violência de Estado

O estallido social de outubro de 2019 é fruto de quase quinze anos de expansão

6 Ocorre durante o governo neoliberal um processo de feminização da pobreza, a partir do qual as medidas de redução do papel do Estado na economia e a precarização dos direitos trabalhistas colocam mulheres em situações mais precárias que os homens dentro da sociedade. No caso do Chile, as mulheres foram se concentrando em setores de trabalho menos qualificados - com um aumento de 25% no trabalho doméstico só em 1987 - e em profissões marginais, como a prostituição. A perda de direitos trabalhistas também levou a maternidade a ser um motivo legítimo de demissão, a partir do decreto 2.200 de 15 de junho de 1978 (Maravall, 2012)



e diversificação da ação coletiva no Chile. Se a causa imediata das manifestações foi o aumento da tarifa do transporte público em Santiago, com centenas de estudantes organizados para pular as catracas do metrô, o famoso catracazo, elas rapidamente se expandiram para um amplo espectro social, das classes baixas às médias, ao redor de todo o país. Frente a uma onda de protestos e mobilizações populares, o governo de Sebastián Piñera, da coalizão de direita Chile Vamos, respondeu unicamente com a repressão policial violenta. O presidente declarou estado de emergência e instituiu um toque de recolher, medida anunciada pela última vez em 1987⁷. É neste contexto que são praticadas as mais graves violações de direitos humanos desde o retorno à democracia no país.

De acordo com a Anistia Internacional, foram 5.558 vítimas de violência institucional, das quais 1.938 sofreram lesões por arma de fogo, 647 lesões graves e 285 lesões oculares pelo impacto de balas de borracha; 12.500 entradas em urgência de hospitais públicos; 70 hospitalizações; 134 investigações por tortura; 4.158 investigações por maus tratos e 31 mortes⁸. A tática policial em atingir os olhos dos manifestantes foi utilizada de forma massiva, e as pessoas passaram a ir com máscaras de mergulho aos protestos. As denúncias de abusos sexuais também foram alarmantes.

Os protestos e as mobilizações populares contaram, desde o início, com uma grande participação das mulheres. Em continuidade a uma prática já exercida pela ditadura militar, a violência sexual contra manifestantes foi novamente praticada durante o estallido social. Ainda de acordo com a Anistia Internacional, em 45 dias foram 246 vítimas de violência sexual, das quais 6 por penetração com objetos e 2 estupros. Estima-se, ainda, que ocorreram 74 casos de estupro em manifestações até março de 2021. Em relatório das Nações Unidas⁹, diversas

7 COSTA, Murilo Gomes da. Mobilizações sociais e plebiscito constitucional: um novo horizonte político no Chile? Disponível em: http://opisa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPISA_2020_n4_out-dez.pdf. Acesso em 10 de Junho de 2021.

8 ANISTIA INTERNACIONAL. Ojos Sobre Chile, 2020. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/latest/research/2020/10/eyes-on-chile-police-violence-at-protests/>. Acesso em 25 de Junho de 2021

9 LOTT, Diana. ONU denuncia tortura e violência sexual contra manifestantes no Chile. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: [mulheres contam que eram obrigadas a ficar totalmente nuas durante interrogatórios policiais, sendo a todo tempo ameaçadas de estupro, além de terem seus corpos apalpadados e suas regiões genitais feridas. O documento também ressalta os abusos sexuais contra mulheres que fazem parte das forças de segurança e a denúncia contra perpetradores “não uniformizados”.](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/onu-denuncia-tortura-e-</p>
</div>
<div data-bbox=)

Essa tentativa continuada de disciplinar os corpos femininos através da violência não foi eficaz em retirar mulheres do espaço público. Na realidade, impulsionou uma performance contra o “Estado violador”, que rodou o mundo e levou o feminismo a novamente ocupar a linha de frente das ruas do Chile. No dia 25 de novembro, em plenos protestos e mobilizações populares, o recém fundado coletivo “Las Tesis” fez uma performance em Santiago contra as violações de direitos humanos e a violência sexual praticada pelo Estado. O ato foi reproduzido por diversos movimentos feministas ao redor do mundo, que traduzimos abaixo:

“O patriarcado é um juiz/ Que nos julga ao nascer/ e nosso castigo/ é a violência que não se vê/ É o feminicídio/ Impunidade para o assassino/ É o desaparecimento/ É o estupro/ E a culpa não era minha, nem onde estava nem como me vestia/ O estuprador é você/ são os policiais/ os juízes/ o Estado/ O presidente/ O Estado opressor é um macho estuprador”¹⁰.

A performance, assim como as denúncias feitas nacional e internacionalmente, escancarou a violência sexual como central na violência exercida pelos policiais e pelo Estado chileno. A mesma lógica que na ditadura militar via nas mulheres militantes um perigo à “segurança nacional” repetiu-

violencia-sexual-contra-manifestantes-no-chile.shtml. Acesso em 09 de Junho de 2021

10 GALVANI, Giovanna. “O estuprador é você”: música feminista contra violência percorre o mundo. Carta Capital, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/o-estuprador-e-voce-musica-feminista-contra-violencia-percorre-o-mundo/>. Acesso em 29 de Junho de 2021

se no estallido social vis-à-vis o retorno à ordem estabelecida. Todavia, diferentemente do período autoritário, as denúncias de violências sexuais foram centrais no debate público, com incentivo para que mulheres prestassem queixas e divulgassem seus casos nas redes sociais. Nesse sentido, a repressão não interrompeu a organização das mulheres que, em 2019, impulsionaram uma nova articulação e inserção na política nacional.

Conforme os protestos foram se adensando e se direcionando para uma crítica ao modelo neoliberal, demandando uma nova Constituição Política para o país, as feministas chilenas, em uma articulação que envolveu organizações sociais, parlamentares e acadêmicas, inseriu a participação política das mulheres como um aspecto fundamental de um processo constituinte no Chile, encontrando apoio em partidos políticos e representantes no Congresso Nacional. No final de 2019, mesas técnicas de discussões estabeleceram que a constituição precisava ser inclusiva para ter legitimidade. A acadêmica Pamela Figueroa, em entrevista para o El País, apontou que esta proposta se baseava na Lei de Cotas do segundo governo de Michelle Bachelet¹¹ e na votação paritária que ocorreu no Colégio de Advogados, em 2019.

Em março de 2020, o Congresso aprovou a lei que estabelecia que a Convenção Constitucional deveria ser paritária, apenas alguns dias antes da maior manifestação pelo Dia Internacional das Mulheres já existente no Chile. Os resultados são conhecidos, e a Constituinte não só será paritária, mas será composta por uma maioria independente e terá 17 cadeiras preenchidas por povos originários. Este desfecho, sem dúvidas, é uma imensa vitória das organizações feministas, que continuaram ativas nas ruas e nas redes, reivindicando direitos e pressionando por mais políticas de igualdade no país.

Conclusão

A institucionalização da violência no Estado chileno se depara, ao longo de toda a sua história, com uma enorme resistência da população. O país mostra que a democracia é muito mais que um conjunto de regras e procedimentos, mas um modo de vida em comunidade. Como resposta a esta onda de violência perpetrada pelo governo de Sebastián Piñera, a população não só não saiu

11 Estabeleceu a obrigatoriedade dos partidos políticos terem pelo menos 40% de mulheres em suas candidaturas

das ruas, como intensificou a sua presença nelas, reivindicando a sua participação no curso da história de seu próprio país. Neste contexto, a Convenção Constitucional é um passo fundamental na superação definitiva do legado autoritário e neoliberal da ditadura militar.

As feministas chilenas foram centrais na reinvenção da ação coletiva e no tão necessário processo de atualização programática e renovação política da esquerda no Chile - posicionamento político o qual as suas principais lideranças e organizações estão identificadas. Se, no passado, as denúncias de violência de gênero não ganharam a atenção necessária, o feminismo desta vez se tornou palavra e sentido comum. A igualdade é novamente o horizonte da sociedade chilena. Desta vez, nunca mais sem as mulheres.

REFERÊNCIAS:

BUNSTER, Ximena (1988). Watch out for the little nazi man that all of us have inside: The mobilization and demobilization of women in militarized Chile. *Women's Studies International Forum*, 11(5).

FRANCE 24 (2020). Castigadas con más saña, la violencia sexual contra la mujer en la dictadura de Pinochet. Disponível em: <https://www.france24.com/es/minuto-a-minuto/20210305-castigadas-con-m%C3%A1s-sa%C3%B1a-la-violencia-sexual-contra-la-mujer-en-la-dictadura-de-pinochet>. Acesso em 14/06/2021.

VALDÉS, Teresa (1987). Las Mujeres y la dictadura militar en Chile. Material de discusión, Programa FLACSO, Santiago de Chile, 94.

MARAVALL, Javier (2012). Las mujeres en la izquierda chilena durante la Unidad Popular y la dictadura militar (1970-1990). Tese de Doutorado. Madri: Universidad Autonoma de Madrid.

BERNARDINO, Michele (2019). Revolta Chilena: por la razón o la fuerza. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/11/02/revolta-chilena-por-la-razon-o-la-fuerza>. Acesso em 14/06/2021.

ZAMORA, Andrea (2014). La mujer como sujeto de la violencia de género durante la dictadura militar chilena: apuntes para una reflexión. Dissertação de Mestrado. Santiago:



Universidade de Chile, 2006.

GONÇALVES, Lara Sartorio (2020). Chile em Chamas: A pandemia como estopim para crises estruturais. Comunica América Latina, 2. Disponível em: <http://netsal.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2021/02/Comunica-Am%C3%A9rica-Latina-II.pdf> . Acesso em 13/06/2021.

MONTES, Rocio (2020). Uma Constituição com perspectiva de gênero no Chile. ÉL PAÍS. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-11-03/uma-constituicao-com-perspectiva-de-genero-no-chile.html>. Acesso em 14/06/2021.



Monitor eleitoral – As Eleições de 2021 no Peru¹

Jefferson Luis Moreira Nascimento
Pesquisador OPISA

A eleição presidencial deste ano no Peru ganhou elementos típicos de uma final acirrada de campeonato de futebol. De um lado, estava o time A, estreante na competição, que alcançou a dianteira na fase de classificação e iniciou melhor a final, saindo na frente do time B. Este, por sua vez, mesmo com o histórico de bater na trave, tendo deixado escapar os dois campeonatos anteriores na grande final, reagiu e atacou fortemente o adversário, que sentiu a pressão e viu o time B empatar. Contudo, o histórico deste prevaleceu e, mais uma vez aos 45 do segundo tempo, sofreu o gol que deu o troféu para o time A. Entretanto, a história do jogo não acabou aí, pois a equipe derrotada continua pressionando o árbitro para que analise o VAR, a fim de tomar o troféu das mãos do oponente a qualquer custo.

No pleito peruano, o time A é uma referência à candidatura de Pedro Castillo, do partido de esquerda Perú Libre, que após um desempenho surpreendentemente positivo no primeiro turno, derrotou sua adversária, no segundo turno, por uma margem estreita de menos de 0,4% do total de votos, o que corresponde a cerca de apenas 44 mil eleitores². Poucos previram esse resultado, uma vez que Castillo era um desconhecido até 2017, quando liderou um movimento grevista de professores, que ganhou grande repercussão em todo o país.

Do outro lado do campo eleitoral, o time B é uma analogia à candidatura de Keiko Fujimori, do partido de direita Fuerza Popular, que, pela terceira vez seguida, perde a disputa no segundo turno por uma pequena diferença, tendo conquistado, nesta

eleição, 49,88% do total de votos³. No entanto, Fujimori questionou o resultado e entrou com um pedido junto ao Jurado Nacional de Elecciones (JNE) para anular os votos de 802 mesas por supostas fraudes⁴. A judicialização das disputas políticas tem sido uma prática recorrente no Peru nas últimas décadas, em um cenário marcado por inúmeras denúncias de corrupção. Keiko Fujimori, inclusive, é um dos principais alvos da Operação Lava-Jato, que investiga casos de crimes envolvendo a empresa brasileira Odebrecht, tendo sido presa três vezes.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar os fatores que levaram Castillo à vitória e discutir os desafios que o novo presidente e a sociedade peruana terão de enfrentar. Observamos que, em linhas gerais, a cruzada moral contra a corrupção na qual o país embarcou nas últimas décadas, somada ao descrédito às instituições, criou um cenário propício para a emergência de um outsider. Além disso, notamos que o fujimorismo, força política que nasce com a emergência do ditador Alberto Fujimori ao poder e da qual sua filha Keiko se reivindica como herdeira, está em forte declínio, o que facilitou o caminho do seu oponente em direção à vitória.

Para cumprir este objetivo, o artigo está estruturado em seis seções. Após esta introdução, abordaremos os eventos antecedentes ao pleito, procurando entender como o discurso anticorrupção se tonou hegemônico no debate público e as implicações disso para a política peruana. Na seção seguinte, analisaremos como esse fato está relacionado com o declínio do fujimorismo, tomando como base o resultado do pleito eleitoral. Logo em seguida, debateremos o programa de governo de Castillo e as dificuldades que o novo governo terá pela frente para implementá-lo. Por fim, finalizaremos o artigo com as considerações finais.

O cenário pré-eleitoral e o discurso anticorrupção

O sociólogo Danilo Martucelli (2021) identifica que, no Peru, a separação entre o formal e o informal, entre o transgressivo e o ilegal, entre a lei e o caos, é cada vez mais

1 A escrita deste artigo foi finalizada antes da confirmação da vitória de Pedro Castillo. No dia 19 de julho, o Jurado Nacional de Elecciones (JNE) finalmente proclamou Castillo como o novo presidente do Peru, após 43 dias de investigações acerca de possíveis fraudes no pleito. A candidata derrotada Keiko Fujimori, finalmente, reconheceu o resultado.

2 Disponível em : <https://larepublica.pe/elecciones/2021/06/07/elecciones-2021-resultados-onpe-pedro-castillo-supera-a-keiko-fujimori-al-94059-de-actas-procesadas-pltc/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

3 Disponível em: <https://ojo-publico.com/especiales/resultados-onpe-elecciones-2021/#/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

4 Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2021/06/09/fujimori-anuncia-que-presento-recurso-de-nulidad-en-802-mesas-a-nivel-nacional-orig/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.



obscura. Isso é fruto do que o autor chama de “desformalidade” da sociedade peruana, um fenômeno que se desenvolve em três níveis distintos - econômico, social e cultural -, mas que acabou contribuindo para a formação de uma sociedade na qual o combate à corrupção ganhou contornos de uma “cruzada moral”. A consequência disso é que o fim da corrupção se torna o objetivo maior da sociedade e, assim, uma série de pautas importantes para o país passam a ser marginalizadas no debate público.

No nível econômico, Martucelli concebe a informalidade como uma das fontes desse processo. O setor informal, no Peru, emprega por volta de 70% dos trabalhadores, número que agora deve ser ainda maior em virtude da crise sanitária. No mercado empresarial, 90% das empresas são de pequeno porte, das quais pelo menos a metade é total ou parcialmente informal. Diante disso, grande parte dos peruanos concebe a informalidade como funcional, já que muitos conseguem ascender socialmente por meio dela. Por vezes, a fronteira entre o informal e o ilegal é bastante tênue.

Do ponto de vista social, o sociólogo nota que ocorre um processo de transbordamento (desborde) no qual as normas coletivas passam a ser, frequentemente, ignoradas pelos atores sociais, em meio a um cenário de frouxo controle das transgressões. Não é que as normas deixam de existir. Ocorre é que a conduta dos indivíduos já não é mais comumente pautada nos valores compartilhados socialmente, e isso se torna tão disseminado que a fronteira do que se entende como “certo” ou “errado” vai sendo paulatinamente diluída.

Somado a isso, existe um desinteresse generalizado pelas “formas” e pelo “estilo” no âmbito da cultura, que faz com que já não haja uma distinção clara entre o formal e o informal no modo como se utiliza a língua e as vestimentas, por exemplo. Disso resulta que a maneira como os indivíduos falam, se vestem e se comportam em situações formais e informais não são claramente distintas. Martucelli denomina esse fenômeno de “achichamento” cultural.

Esses processos de caráter econômico, social e cultural estão curso desde o final dos anos 1970; contudo, a ditadura de Alberto Fujimori, que se manteve no poder entre 1990 e 2000, contribuiu para acelerar essa “desformalidade”. A corrupção escancarada fez surgir, segundo Martucelli (2021, p.8), “uma vida coletiva percebida a partir da

moral e como um teatro de uma oposição cíclica entre o bem e o mal”. Embora a corrupção obviamente não tenha sido criada por Fujimori, foi no seu governo que se instaurou um “embate moral agônico contra os políticos corruptos”, que hegemonizou o debate público, ofuscando uma série de pautas fundamentais para a sociedade peruana. Sendo assim, esse embate tem sido profundamente despolitizado, uma vez que os atores políticos tendem a conceber a corrupção como uma questão moral individual, e não como um problema político sistemático.

O aprofundamento da “desformalidade” provoca um forte sentimento de angústia coletiva e os indivíduos passam a reivindicar a adoção de medidas drásticas para atenuar esse mal-estar. Disso resulta que todos os presidentes eleitos após Fujimori foram indiciados por corrupção: Alejandro Toledo (2001-2006), Alan García (2007-2011), Ollanta Humala (2011-2016) e Pedro Paulo Kuczynski (2016-2018). Este último, inclusive, foi alvo da Operação Lava Jato e, diante da fragilidade do apoio legislativo e do risco iminente de ser destituído, Kuczynski decidiu renunciar.

Já o vice-presidente Martín Vizcarra, que assumiu em seu lugar, não conseguiu escapar dos ataques da oposição e acabou sendo destituído por decisão do parlamento. Curiosamente, na legislatura atual, muitos congressistas também são acusados de crimes no caso Odebrecht, estando 68 dos 130 membros implicados em crimes envolvendo o uso de dinheiro público. Portanto, especula-se que grande parte desses congressistas desejava afastar Vizcarra, pois o concebiam como um obstáculo à aprovação de leis que os livrassem de pagar por seus crimes⁵.

Vizcarra foi removido do cargo de presidente após a aprovação de uma “moção de vacância”, um procedimento legal que pode ser concluído de modo bastante rápido, já que não são formadas comissões para analisar o pedido de destituição antes de ocorrer a votação no plenário. Para aprovar a medida, é necessário somente que 2/3 do Congresso votem a favor. A justificativa para afastar Vizcarra da presidência foi bastante controversa, pois se utilizou o argumento de “incapacidade moral”, em virtude de ter recebido propinas por contratos de obras públicas ainda em 2014⁶, quando era

5 Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/12/este-impeachment-foi-basicamente-um-golpe/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

6 Disponível em: <https://elcomercio.pe/politica/>

governador da região de Moquegua. Embora o termo “incapacidade moral” apareça no artigo 113 da Constituição, ele é definido de maneira bastante imprecisa, dando margem para diversos tipos de interpretação.

Em seu lugar, assumiu Manuel Merino, presidente do Congresso, apoiado pela extrema direita peruana. Uma parcela significativa da opinião pública interpretou os movimentos do Legislativo como um golpe de Estado, o que desencadeou uma série de protestos contra Merino. Martucelli (2021) argumenta que, a despeito de este ciclo de protestos apresentar o combate à corrupção como uma das pautas mais significativas, a revolta naquele momento era mais política do que moral. Não estava em jogo a salvação de um herói nacional vítima de interesses escusos de congressistas corruptos. Apesar de Vizcarra, naquele momento, possuir grande popularidade⁷, o que ocorreu nas mobilizações de novembro de 2020 foi uma forte contestação de elementos constitutivos da sociedade “desfomal” peruana, como a indiferença dos congressistas pelas leis, regras e normas sociais. Em última instância, as ruas se revoltaram contra a desenvoltura dos parlamentares na interpretação da Constituição, contra o menosprezo pela opinião pública, contra a falta de transparência no processo de destituição presidencial, dentre outros motivos.

Portanto, novembro de 2020 abriu um novo horizonte de expectativas para um país, que, por duas décadas, vinha apresentando um crescimento sustentado⁸, mas no qual uma fatia expressiva da população não via isso se materializar em transformações concretas em sua vida cotidiana. A insegurança e a precariedade das condições de trabalho do mercado informal continuavam a ser a realidade da grande maioria dos trabalhadores. No entanto, a corrupção era constantemente apresentada como o grande e o principal causador dos problemas nacionais.

Com a pressão das ruas, Merino [congresso-declaro-la-vacancia-del-presidente-martin-vizcarra-noticia/](https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47956367). Acesso em: 22 de julho de 2021.

7 Essa popularidade perdurou até as eleições de 2021 e Vizcarra foi o parlamentar eleito com maior número de votos. Sem embargo, ele está impedido de assumir o cargo em virtude de um novo impeachment sofrido este ano, em decorrência do caso Vacunagate. O ex-presidente foi acusado, junto com duas ministras de seu governo, de utilizar-se de sua autoridade para furar a fila da vacinação contra a Covid-19.

8 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47956367>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

renunciou depois de apenas cinco dias na presidência, dando lugar a Francisco Sagasti, eleito pelo Congresso para assumir o cargo interinamente e organizar as eleições de 2021.

O resultado do pleito: forte indício de polarização

Apesar das dificuldades de organizar o pleito em meio à pandemia, seguindo os protocolos de segurança, o primeiro turno aconteceu no dia 11 de abril, sem grandes transtornos. O resultado mostrou um alto índice de abstenção - 28% do total de eleitores aptos a votar não compareceram -, e de votos brancos e nulos - na faixa de 17,5%⁹. Este número, a propósito, é bastante expressivo se comparado ao percentual de votos que tiveram os dois candidatos que avançaram para o segundo turno. Pedro Castillo obteve 18,92% dos votos, apenas dois pontos percentuais acima do número de votos brancos e nulos, enquanto o percentual de votos em Keiko Fujimori foi menor, tendo conquistado apenas 13,4%¹⁰.

No segundo turno, a disputa começou favorável para Castillo, que despontou com 11 pontos de vantagem em relação à sua oponente já na primeira pesquisa de intenção de votos. Com o decorrer da campanha, na qual os dois postulantes ao cargo de presidente disputaram a preferência do eleitorado por quase dois meses, Fujimori conseguiu reverter essa vantagem e chegou a aparecer um pouco a frente do professor rural na reta final. O antifujimorismo e anticomunismo eram dois elementos que incidiam fortemente no alto índice de rejeição de ambos e intensificavam o grau de polarização do pleito.

Os resultados da votação divididos por região e por nível socioeconômico corroboram a leitura de um país fortemente dividido. De um lado, estavam Lima e parte do Norte do país, que apoiaram em peso a candidatura de Keiko. De outro, estavam o Sul e algumas regiões dos Andes, onde Pedro Castillo foi o grande vitorioso. Em Lima, por exemplo, ele só obteve 29,5% dos votos, enquanto no Sul, o candidato obteve mais de 65% em todas as regiões, chegando a conquistar expressivos

9 Disponível em: <https://gestion.pe/peru/votos-ausentes-blancos-y-nulos-reales-vencedores-de-los-comicios-en-peru-noticia/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

10 Disponível em: <https://ojo-publico.com/especiales/resultados-onpe-elecciones-2021/#/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.



84,5% em Cusco e 86,9% em Puno¹¹.

12

División del voto en Perú por regiones
Resultados no definitivos



Fuente: Oficina Nacional de Procesos Electorales

BBC

Essa disparidade pode ser explicada pelas próprias desigualdades regionais inerentes ao processo de modernização do país. O Sul se identifica com Castillo pela proximidade sociocultural e pelo fato de o desenvolvimento econômico do país se concentrar nas demais regiões do país, sobretudo em Lima, pois, embora as regiões sulistas sejam ricas em recursos minerais, existe a sensação de que essa riqueza é apropriada pelas mineradoras em detrimento da população local. Não à toa, desde o início dos anos 2000, o Sul tem adotado uma postura eleitoral de oposição às forças políticas hegemônicas¹³.

Já no Norte, a imagem do ex-presidente Alberto Fujimori ainda consegue se manter em alguma medida positiva, devido à maior atenção dada aos problemas daquelas populações no período ditatorial, o que rendeu àquelas províncias melhores condições de emprego e maior redução da pobreza, se comparadas com as do Sul. Outrossim, não há, na porção norte do país, nenhuma liderança forte que conteste a hegemonia de Lima, a região que mais recebe recursos do governo nacional e que concentra por volta de 30% da população peruana¹⁴.

11 Disponível em: <https://larepublica.pe/elecciones/2021/06/07/el-sur-le-dio-su-voto-a-pedro-castillo-lrsd/?ref=lre>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

12 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57394794>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

13 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57394794>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

14 Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57394794>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

Tal abismo refletiu-se também no acesso às redes sociais, a ponto de alguns especialistas afirmarem haver uma disputa entre o “Peru conectado” versus o “Peru desconectado”. Para termos uma noção dessa disparidade, em Lima, 80% dos residentes têm acesso à internet, enquanto, no restante do país, esse número é pouco mais do que 40%, apenas. A título de exemplo, no início da eleição, Castillo tinha apenas 3000 seguidores no Twitter, número que cresceu ao longo da campanha, chegando a mais ou menos 80 mil atualmente, mas ainda muito abaixo do 1 milhão de usuários que seguem Keiko Fujimori¹⁵.

Assim como a clivagem regional, as desigualdades socioeconômicas ajudam a explicar a polarização no país e a corroborar alguns pontos já discutidos. Na última pesquisa publicada pelo instituto Ipsos, antes do segundo turno, observa-se que os extremos da pirâmide social estão claramente divididos. 75% dos integrantes da classe A declaravam voto em Fujimori, contra 17% em Castillo. Em contrapartida, entre os eleitores da classe E, 54% preferiam Castillo, enquanto 25% votariam na candidata do Fuerza Popular¹⁶.

Esse é um retrato de um país no qual as elites defendem firmemente o modelo neoliberal, hegemônico desde a ditadura fujimorista, e de uma população pobre e rural, que sempre esteve à margem desse modelo, e que vislumbra a possibilidade de transformações com a eleição de um outsider, que questiona o status quo e com o qual se identificam.

O fujimorismo em declínio

A despeito de ter disputado o segundo turno, os dados relativos a esta eleição indicam um enfraquecimento do fujimorismo. No primeiro turno das eleições de 2011 e 2016, a candidata havia recebido, respectivamente, 23,5% e 39,86%, números bem mais expressivos que o do primeiro turno da recente eleição, quando recebeu apenas 13,4%¹⁷. Apesar de, no segundo turno da eleição deste ano, ela ter alcançado a marca de 49,88%, podemos creditar grande parte desses votos à rejeição ao seu oponente.

15 Disponível em: <https://restofworld.org/2021/eleccion-peru-redes-sociales/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

16 Disponível em: <https://restofworld.org/2021/eleccion-peru-redes-sociales/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

17 Disponível em: <https://ojo-publico.com/especiales/resultados-onpe-elecciones-2021/#/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

O nível de rejeição de Keiko Fujimori, entretanto, era ainda maior que a de Pedro Castillo, alcançando, no começo do segundo turno, a marca de 55%¹⁸. Essa elevada impopularidade parece ter se mantido mais ou menos constante se compararmos com a eleição presidencial de 2016, quando o índice de rejeição já beirava a casa dos 50%. Isso significa que, da última eleição para esta, ao passo que Keiko manteve uma forte rejeição, ela viu o seu eleitorado no primeiro turno encolher por volta de 24 pontos percentuais.

Diante de tamanha queda, a dúvida que surge é: como a candidata do Fuerza Popular conseguiu avançar para o segundo turno? A resposta é que houve uma grande fragmentação do voto, com muitos candidatos chegando próximo à marca de Fujimori. Os candidatos da direita conservadora Rafael López Aliaga e Hernando de Soto, por exemplo, conquistaram, respectivamente, 11,7% e 11,6% dos votos, menos de dois pontos percentuais de diferença em relação a ela. Somado a isso, houve um alto índice de votos brancos e nulos, o que possibilitou que a candidata avançasse para o segundo turno tendo conquistado somente 13,4% do total.

A fragmentação do voto também ocorreu nas eleições parlamentares de 2021, que incidiu na perda de força do fujimorismo. Enquanto, em 2016, o Fuerza Popular, partido de Keiko, havia alcançado ampla maioria, tendo conseguido 73 dos 130 assentos no Legislativo; em 2021, o partido só elegeu 24 congressistas¹⁹. Considerando a dispersão do voto, podemos afirmar que a bancada do partido ainda é relevante, já que foi o partido com o segundo melhor desempenho, ficando atrás somente do Perú Libre, que conquistou 37 assentos. No entanto, a comparação com 2016 indica que a queda é significativa.

O declínio do fujimorismo é tributário do avanço do combate à corrupção, do qual tanto o ex-ditador quanto a sua filha são alvos. Alberto Fujimori está preso por crimes de corrupção e também de violação dos direitos humanos, cometidos enquanto era presidente do país. Por sua vez, Keiko já chegou a ficar presa por mais de um ano, acusada pela Operação Lava Jato peruana por lavagem de dinheiro, caixa dois e suborno em suas campanhas eleitorais. No dia 10 de

junho de 2021, dois dias depois do segundo turno, inclusive, o Ministério Público entrou com um pedido na Justiça para suspender a liberdade condicional da candidata derrotada, que foi negado²⁰.

Além disso, as duas grandes bandeiras dos defensores da ditadura de Alberto Fujimori parecem já não mais fazer tanto sentido atualmente. A popularidade do fujimorismo à época foi conquistada, em larga medida, devido à desarticulação dos grupos guerrilheiros, como o Sendero Luminoso, e à estabilização macroeconômica, que alicerçou um crescimento sustentado do PIB nas décadas seguintes. Atualmente, os grupos guerrilheiros já não são percebidos como a mesma ameaça do passado. Então, apesar de ainda haver o receio de que esses grupos se fortaleçam, esse debate já não tem mais a centralidade de outrora. Quanto à estabilidade macroeconômica, podemos afirmar que já não é mais parte da realidade do Peru, haja vista que o PIB sofreu queda de 15% em 2020²¹, devido, sobretudo, aos efeitos da crise sanitária.

Portanto, o declínio do fujimorismo está associado a elementos intrínsecos ao fenômeno - a corrupção e o autoritarismo -, fortemente rechaçados pela sociedade peruana, bem como à corrosão do legado que seus defensores atribuíam a ele, com o fim da estabilidade macroeconômica e com a perda de importância, no debate público, do combate aos grupos guerrilheiros, que já não possuem a força que tinham nos anos 1990.

Dessa forma, o plano de governo proposto pela candidata do Fuerza Popular parece ter sido insuficiente para lidar com anseios populares, em meio à crise econômica e sanitária. Keiko Fujimori defende o aprofundamento da economia de mercado, com a redução do papel do Estado na gestão macroeconômica, e defende a manutenção da Constituição vigente, que fora imposta de maneira autoritária por seu pai em 1993, sem a participação dos movimentos sociais e dos grupos de oposição (Fuerza Popular, 2021). Na Carta, o papel do governo é explicitamente descrito como o de promover o investimento privado, ao mesmo tempo em que contribuiu

18 Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2021/04/eleicoes-peru-castillo-fujimori-diferencas/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

19 Disponível em: <https://diariocorreo.pe/peru/sorpresa-electoral-martin-vizcarra-sin-curul-y-edgar-alarcon-fuera-noticia/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

20 Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2021/06/mp-do-peru-pede-prisao-de-keiko-fujimori-por-violar-liberdade-condicional/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

21 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/18/crise-economica-generalizada-e-o-cenario-para-o-peru-em-2021-afirma-analista>. Acesso em: 22 de julho de 2021.



para eliminar o direito à moradia, limitar o direito à saúde e à educação e ainda revogou os direitos territoriais indígenas²².

As propostas de Pedro Castillo estão na contramão das de Fujimori, no que concerne ao papel do Estado e na maneira como interpreta a Constituição vigente. Certamente, a defesa de um Estado intervencionista, em um marco constitucional distinto, foi um diferencial que contribuiu para a vitória de Castillo, sobretudo entre as classes sociais mais pobres.

Governo Castillo: os desafios ante o acirramento dos conflitos

Pedro Castillo nasceu na cidade interiorana de Puña, que fica localizada na província de Chota, no norte do país. É professor em uma escola rural e ganhou notoriedade ao liderar, em 2017, a greve nacional de docentes, que reivindicava melhores condições de trabalhos nas escolas do país. No entanto, até o início da campanha, era pouco conhecido no cenário político-eleitoral nacional. Castillo concorreu às eleições pelo partido Perú Libre, que se denomina marxista-leninista e que é acusado de ser apoiado por membros do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso.

Sua plataforma de governo é bastante radical para os padrões contemporâneos da esquerda peruana. Defende um novo regime econômico, com a maior atuação do Estado no que diz respeito à condução da economia, propondo, por exemplo, a nacionalização de recursos estratégicos, a renegociação de contratos com empresas transnacionais, o aumento de impostos para as grandes empresas e a adoção de políticas protecionistas especialmente à produção doméstica de alimentos. O seu plano prevê, ainda, aumento dos investimentos públicos em saúde e educação e a execução de uma reforma agrária (Castillo, 2021)

Em suma, Castillo propõe a eliminação do receituário neoliberal no Peru. Para isso, o novo presidente terá a difícil missão de conduzir uma reforma constitucional, que seja capaz de enterrar a Carta herdada da ditadura de Alberto Fujimori. No entanto, Castillo enfrentará enormes dificuldades para formar uma maioria estável no parlamento, uma vez que o seu partido conquistou somente 37 das 130 vagas totais. Sendo assim, ele terá que negociar e fazer concessões a outros

partidos, com o intuito de angariar apoio para sua empreitada.

O partido Juntos por el Perú, da candidata de esquerda Verónica Mendonza, será provavelmente um dos principais aliados do governo, visto que, já na campanha durante o segundo turno, foi uma peça importante de apoio à candidatura de Castillo. O partido de Mendoza possui quadros com competência técnica e com credibilidade política que vêm contribuindo para a formação de um discurso mais moderado, capaz de dar ao novo governo maior margem de negociação com os demais partidos²³.

Essa moderação do discurso é visível, se compararmos o plano de governo lançado no segundo turno intitulado Perú al Bicentenario Sin Corrupción com a plataforma que havia sido escrita pelo secretário geral do Perú Libre, Vladimir Cerrón, antes do primeiro turno. Cerrón descreve o partido, por exemplo, como marxista-leninista e adere a uma retórica fortemente anticapitalista (Perú Libre, 2020). Com o objetivo de ampliar o seu potencial eleitoral, Castillo fez um movimento importante de se afastar do extremo do espectro político e, no segundo turno, a linguagem marxista já não aparecia mais na sua plataforma de governo (Castillo, 2021).

Além disso, o chefe da equipe econômica, Pedro Francke, divulgou um comunicado afirmando que, se ganhasse, Castillo respeitaria a autonomia do Banco Central e que não haveria expropriações, estatizações, controle de preços ou proibição de importações²⁴. Tal declaração colocou em dúvida a magnitude da proposta anti-neoliberal do candidato e, somente a partir dos primeiros meses de governo, será possível examinar até que ponto o presidente recém-eleito está disposto a enfrentar os privilégios das elites.

Cabe ressaltar, contudo, que mesmo tendo suavizado a radicalidade inicial, a plataforma de Castillo é ainda mais ambiciosa do que a de outros presidentes de esquerda eleitos no passado recente. Ollanta Humala, por exemplo, que venceu as eleições em 2011, já no segundo turno havia cedido às pressões

²³ Disponível em: <https://boz.substack.com/p/peru-castillos-moderate-policy-advisors>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

²⁴ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-17/guru-economico-de-castillo-nao-havera-desapropriacoes-agora-estamos-um-pouco-mais-com-o-mercado.html>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

²² Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/um-peru-rebelde-grita-por-nova-constituicao/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

do mercado e se comprometido a seguir uma agenda ortodoxa, com o fim de tranquilizar os ânimos dos investidores. Castillo, por sua vez, a despeito de ter abandonado o discurso anticapitalista do seu partido, se manteve comprometido a adotar uma plataforma que rompe com alguns elementos que alicerçam o consenso neoliberal das últimas décadas, ao propor a reforma da Constituição vigente, por exemplo.

Se, no campo da economia, o discurso do presidente pode ser colocado à esquerda de todos os demais presidentes eleitos nas últimas décadas, no âmbito dos costumes, Castillo se insere em um campo ultraconservador, normalmente ocupado por grupos de direita. Ele tem se posicionado contra a legalização do aborto, das drogas e da eutanásia, é a favor de manter proibido o casamento entre pessoas de mesmo sexo, já fez declarações consideradas fortemente machistas, além de adotar um discurso anticorrupção, que, em alguma medida, reforça a “desformalidade” peruana.

No final da campanha, o então candidato fez um gesto simbólico para amenizar o peso da sua imagem conservadora, ao se reunir com jovens de movimentos feministas, LGBTQIA+ e ambientalistas, se comprometendo a combater todas as formas de discriminação²⁵. Entretanto, pouco se pode esperar de mudanças nessas agendas, afinal as convicções cristãs do novo presidente parecem bastante sólidas, e tal conservadorismo talvez seja um obstáculo para ele se conectar com alguns grupos de esquerda.

Portanto, além das dificuldades de formar maioria no Congresso, o novo governo pode encontrar resistência por parte de setores da esquerda. A capacidade de diálogo, contudo, será fundamental para a sua sobrevivência na cadeira presidencial. Isso porque, embora os observadores internacionais da Organização dos Estados Americanos (OEA) terem confirmado a lisura das eleições e o próprio Departamento de Estado da Casa Branca ter considerado o pleito como um “modelo de democracia”²⁶, Keiko Fujimori não reconheceu a derrota e

25 Disponível em: <https://redaccion.lamula.pe/2021/06/04/castillo-se-reunio-con-jovenes-ambientalistas-feministas-y-lgtbi/redaccionmulera/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

26 Disponível em <https://www.reuters.com/world/americas/washington-calls-peru-election-fair-despite-fujimori-claims-voter-fraud-2021-06-22/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

solicitou a revisão do resultado. Além disso, ela vem mobilizando as suas bases nas ruas para pressionar a Justiça Eleitoral e elevar a temperatura das tensões²⁷.

A contestação tem recebido o apoio de oficiais militares da reserva, que circularam uma carta na qual sugeriam ao alto comanda das Forças Armadas que não aceitasse a vitória de Castillo, caso as denúncias não fossem investigadas²⁸. O presidente em exercício, Francisco Sagasti, reagiu firmemente dizendo que a iniciativa do grupo era inaceitável. As palavras de Sagasti inflaram centenas de militares reformados e da reserva, que se reuniram em uma praça da capital para protestar contra o presidente atual, por entenderem que ele estaria defendendo Pedro Castillo, mesmo não tendo sido concluídas as investigações das supostas fraudes²⁹.

Apesar dos protestos fujimoristas e do apoio de setores militares, a estratégia golpista vem sendo avaliada de maneira negativa pela grande maioria dos peruanos. Uma pesquisa conduzida pelo Instituto de Estudios Peruanos (IEP) entre os dias 17 e 20 de junho indicou que 69% da população desaprovam as ações tomadas por Fujimori após o segundo turno, ao questionar a legitimidade do resultado³⁰. Tal estratégia parece ser uma tentativa desesperada de Fujimori de escapar das acusações criminais, que têm grandes chances de levar a candidata derrotada de volta à prisão em um futuro próximo³¹.

27 Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/promotor-peruano-pede-prisao-preventiva-de-keiko-fujimori-enquanto-candidata-tenta-evitar-derrota-eleitoral.140df5b622f02084ae62de63a6f44ebdgg52lbww.html#>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

28 Disponível em <https://www.reuters.com/world/americas/peru-ex-military-stir-election-tensions-with-appeal-armed-forces-remedy-poll-2021-06-18/>. Acesso em: 22 de julho de 2021.

29 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/apos-criticas-de-presidente-interino-militares-da-reserva-protestam-com-espadas-contra-resultados-de-eleicao-no-peru-25072476> . Acesso em: 22 de julho de 2021.

30 Disponível em: <https://larepublica.pe/elecciones/2021/06/22/elecciones-2021-el-69-desaprueba-desempeno-de-keiko-fujimori-post-segunda-vuelta-pltc/?ref=lr>. Acesso em: 22 de julho de 2021

31 Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/6/22/court-rejects-call-to-return-keiko-fujimori-to-jail-over-graft?emci=ac2dba37-53d3-eb11-a7ad-501ac57b8fa7&emdi=fa091d50-54d3-eb11-a7ad-501ac57b8fa7&ceid=4606001>. Acesso em: 22 de julho



Com relação à política externa, ainda não está claro como será o governo de Castillo. O tema não ocupou grande espaço no debate eleitoral, em partes porque há questões domésticas urgentes para se discutir, como o combate à pandemia, por exemplo. No entanto, há expectativas de que o governo revise o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, em vigor desde 2009, e intensifique os laços diplomáticos e comerciais com os países vizinhos.

Podemos afirmar que a eleição de Castillo contribui para a consolidação do que já vem sendo considerada uma nova onda progressista na América do Sul, que vem ganhando relevo nos últimos anos. Na Argentina, o partido peronista retornou o poder com a eleição de Alberto Fernández, na chapa com a ex-presidenta Cristina Kirchner. Na Bolívia, observamos a reversão do golpe de Estado que obrigou o então presidente Evo Morales a renunciar em 2019 e o retorno do seu partido, o MAS, ao poder, no ano passado, sob liderança do atual presidente Luis Arce. No Chile, a forte pressão popular resultou na formação de uma Assembleia Constituinte com o objetivo de reescrever a Carta Magna, em um cenário favorável à esquerda. Na Colômbia, eclodiu um ciclo de protestos de grande magnitude que pode também ser o motor da produção de uma nova ordem constitucional. No Brasil, o ex-presidente Lula vem conseguindo escapar do law fare que o impediu de concorrer nas últimas eleições e aparece com uma figura de destaque no cenário político atual, liderando a corrida presidencial. Agora, a vitória de Castillo pode ser mais uma peça nessa engrenagem.

Contudo, essa análise precisa ser feita com cautela, afinal o cenário econômico internacional é bastante adverso. Se compararmos os condicionantes econômicos existentes no presente com aqueles que favoreceram a emergência do ciclo progressista ao longo dos anos 2000, veremos que há uma diferença expressiva. Naquela época, o boom das commodities fez com que os governos progressistas tivessem uma autonomia fiscal relativamente maior para escapar da disciplina do mercado e implementar políticas sociais, sem por em xeque os interesses das elites econômicas (Machado, 2021).

Com os efeitos econômicos gerados pela crise da Covid-19, não existem grandes expectativas de que seja possível conciliar os interesses dos grupos que ocupam a base da pirâmide social com os que estão no topo.

de 2021.

Para alcançar o nível de redução da pobreza alcançado nos anos 2000 e início da década de 2010, os governos terão de fazer escolhas, ao mesmo tempo em que será preciso ampliar a capacidade de negociação. Não será um cálculo político simples.

No que diz respeito ao novo governo peruano, mais especificamente, caso Castillo decida radicalizar, conforme Vladimir Cerrón, líder do partido governista, parece desejar, a reação da direita pode ser bastante agressiva, com o intuito de desestabilizar o governo e, possivelmente derrubá-lo. Como vimos, no Peru, é relativamente fácil destituir um presidente eleito.

Em contrapartida, se Castillo ceder às pressões do mercado e abrir mão das pautas inovadoras que trouxe para o debate público, será tido como uma grande decepção para seu eleitorado, o que contribuirá para reforçar a “desformalidade” peruana e intensificar o repúdio ao sistema político. Portanto, o desafio maior do novo presidente será encontrar uma posição adequada entre a extrema esquerda e o centro do espectro político, que o possibilite, ao mesmo tempo, ter certa margem de governabilidade, sem cometer estelionato eleitoral.

Considerações finais:

Tomando como ponto de partida a teoria da “desformalidade” peruana, do sociólogo Danilo Martucelli, analisamos, neste artigo, as eleições peruanas e as implicações da vitória de Pedro Castillo. Como vimos, no Peru, a imbricação do formal, do informal e do ilegal em diversos aspectos da vida cotidiana cria um terreno social “desformal”, fértil para o avanço da corrupção. Contudo, a maneira como a sociedade tem lidado com esse problema é a de enfrentá-lo como uma questão puramente moral, em detrimento do debate político. Isso quer dizer que a solução proposta pelos atores políticos passa por punir de maneira individual os supostos responsáveis por essas práticas, sem criar mecanismos sistemáticos capazes de coibi-las.

A ineficiência dessa estratégia somada à incapacidade do modelo econômico neoliberal, assegurado pela constituição vigente, de distribuir renda e riqueza de maneira mais igualitária provoca um sentimento de angústia generalizado. Isso tem feito com que grande parte da sociedade desenvolvesse um forte repúdio às instituições políticas e aos políticos tradicionais, criando um cenário propício para a emergência de um



outsider.

O novo presidente Pedro Castillo propõe uma agenda que se relaciona de maneira ambivalente com a “desformalidade” da sociedade peruana. Ao passo que reverbera um discurso que promete o inalcançável fim da corrupção, Castillo põe em pauta questões que demandam uma maior participação do Estado na economia e a reformulação da ordem constitucional vigente, que ganharam pouco espaço no grande debate político-eleitoral nas últimas décadas. É uma janela de oportunidade para mudanças que se abre justamente no ano em que o país completa os 200 anos da sua independência.

A derrota do fujimorismo, por sua vez, ilustra o declínio dessa força política e o esfacelamento do consenso neoliberal, vigente desde os anos 1990. Esse processo é tributário, em larga medida, da queda expressiva do PIB no último ano, impulsionada principalmente pela crise sanitária. Ademais, a corrupção endêmica e o autoritarismo inerente ao fujimorismo parecem já não ser mais tolerados, há algum tempo, por uma grande parcela da sociedade.

Isso não significa, porém, que Castillo terá carta branca para adotar um programa de transformações radicais. Pelo contrário, o presidente terá grandes adversidades pela frente para formar uma coalização que lhe dê governabilidade capaz de frear o ímpeto golpista de parcela importante da oposição. Ademais, mesmo dentro da esquerda, é provável que encontre resistência, sobretudo devido às posições conservadoras de Castillo, no âmbito dos costumes.

Se abrir mão das pautas inovadoras trazidas ao longo da campanha em nome da governabilidade, o novo presidente será interpretado como traidor por seus eleitores e tal decisão contribuirá para aprofundar a “desformalidade”, à medida que a ideia difundida de que “os políticos são todos iguais” ganharia mais uma evidência empírica para se apresentar como verdade absoluta.

Sem embargo, o novo chefe do Executivo precisará ampliar a sua capacidade de negociação e de moderação em relação ao que apregoa o seu partido, o Perú Libre, para se manter no poder. A mobilização constante da sua base de apoio nas ruas será crucial para enfrentar as ameaças dos setores da oposição que, mesmo antes da posse, já demonstram interesse em derrubá-lo.

Do ponto de vista da política externa, é esperado que o novo governo revise o Tratado

de Livre Comércio, assinado de forma bilateral com os Estados Unidos, e intensifique os laços comerciais e diplomáticos com os países vizinhos. O que se desenha é a formação de uma nova onda progressista, mas que enfrentará um cenário econômico bastante adverso, que demandará grande habilidade política dos governos para promover distribuição de renda, sem provocar a ira das elites.

REFERÊNCIAS:

CASTILLO, P. (2021). Plan de gobierno: Perú al bicentenario sin corrupción. Disponível em: <https://perulibre.pe/plan-bicentenario.pdf>. Último acesso em: 28 de junho de 2021.

FUERZA POPULAR. Plan de gobierno (2016-2021) (2021). Disponível em: https://pt.scribd.com/document/505646078/Plan-de-Gobierno-Fuerza-Popular#from_embed. Último acesso: 29 de junho de 2021.

MACHADO, P. L. N. (2021). Perspectivas e desafios para uma nova ‘maré rosa’ na América do Sul. BOLETIM OPSA, v. 1, p. 18.

MARTUCELLI, D. (2021). La sociedade desformal: el Perú y sus encrucijadas. Plataforma Democrática. Disponível em: http://www.plataformademocratica.org/Archivos/La_Sociedad_Deformal.pdf. Último acesso em 26 de junho de 2021.

PERÚ LIBRE (2020). Perú Libre: Ideário y programa. Disponível em <http://perulibre.pe/wp-content/uploads/2020/03/ideario-peru-libre.pdf>. Último acesso; 28 de junho de 2021.

SANTOS, L. W. (2020). Política externa do Peru em um contexto regional em transformação (2006-2018): da onda rosa à guinada à direita. In: Maria Regina Soares de Lima; Leticia Pinheiro; Marianna Albuquerque; Fernanda Nanci Gonçalves; Andrés Londoño Niño. (Org.). América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional. 1ed. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco.

